

Transcol continua no papel e nada resolve

Dois anos após seu início, em 1982, o Plano de Transporte Coletivo da Grande Vitória (Transcol) continua apenas no papel, e não foi ainda, sequer, totalmente elaborado, o que deverá ocorrer somente em agosto. O Instituto Jones dos Santos Neves não sabe ainda por onde nem como começar a executar o projeto, o qual já consumiu quase Cr\$ 50 milhões e precisará de muito mais para fazer com que o sistema de transporte passe a funcionar melhor, proporcionando mais conforto, rapidez e confiabilidade a seus usuários.

Enquanto os benefícios propostos pelo Transcol não saem, já que o plano não tem sequer prazo definido para começar a ser implantado, o coordenador do Planejamento do Estado, Orlando Caliman, e dois técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves viajaram a Brasília ontem para apresentá-lo às autoridades federais, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), visando à obtenção de recursos (quaisquer que sejam) para sua implementação.

Entre as diversas medidas que estão dependendo do Transcol, segundo argumentos de autoridades capixabas, incluem-se a reestruturação do serviço de transporte coletivo do município da Serra e o remanejamento de 30% das linhas de ônibus procedentes da zona norte de Vitória para a Beira-Mar. No primeiro caso, o projeto para adoção da medida chegou a ser concluído, mas poderá sofrer modificações, enquanto que no outro caso a alegação é de que o Transcol precisa ficar totalmente pronto, o que está previsto somente para agosto.

AGORA É O BIRD

Pelo que informou ontem o superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves, Manoel Martins, tudo leva a crer que o próximo entrave para o Transcol seja argumentado em função de verbas do Banco Mundial. Isso porque o Bird dispõe de Cr\$ 8 bilhões

para aplicar na melhoria do transporte coletivo em cidades metropolitanas do país, e esses recursos estão sendo bastante disputados pelos grandes centros.

Contudo, segundo informou Manoel Martins, existe a possibilidade dos recursos destinados à cidade de Manaus serem divididos com a Grande Vitória, que, embora tenha características de uma região metropolitana, não o é formalmente. Orlando Caliman, da Coplan, e os técnicos Antônio Luiz Caus e José Fernando Destefani, do Instituto Jones dos Santos Neves, apresentarão o Transcol aos representantes da EBTU e CNDU e tentarão incluí-lo no Programa de Transportes para Aglomerações Urbanas (Aglurb), patrocinado pela EBTU.

Na hipótese dos representantes capixabas obterem sucesso na inclusão do Transcol junto ao Aglurb, Manoel Martins admitiu que outros desafios terão que ser superados a nível local. E, entre esses, está a criação de um único organismo para gerenciar todo o transporte coletivo da Grande Vitória, com poderes para dar e cassar concessões de linhas, deliberar sobre tarifas de ônibus, mudar itinerários e outras providências. As empresas de ônibus da região, que movimentam Cr\$ 500 milhões mensais de tarifas arrecadadas, poderão influir de algum modo nesta iniciativa.

Recentemente, numa reunião do Codivit — Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória —, representado pelos cinco municípios que integram a região, surgiu a proposta de que o transporte coletivo ficasse sob o controle da Secretaria do Interior e dos Transportes (Seit), conforme prevê a Lei 3.043, que instituiu a modernização administrativa do governo estadual na gestão do ex-governador Elcio Álvares. A proposição causou polêmica — uma vez que atualmente as prefeituras e o Detran são órgãos concedentes do transporte — e o assunto foi transferido para a competência do governador Gérson Camata, a quem caberia dar uma definição. Isso não aconteceu ainda.